



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Provimento Nº 2, DE 08 DE outubro DE 2025.

Estabelece instruções para a realização de Correição de Eleitorado nos municípios pertencentes à 28ª Zona Eleitoral, com sede em Picos – PI.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS, **Corregedor Regional Eleitoral do Piauí**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Resolução TRE-PI nº 107/ 2005 (Regimento Interno), pelo inciso I, do art. 10 da Resolução TSE nº 23.742/ 2024 e inciso II, do art. 102 da Resolução TSE nº 23.659/2021;

CONSIDERANDO a decisão proferida no PJe nº 0600059-55.2025.6.18.0000, publicada em 25 de setembro de 2025 no Diário de Justiça Eletrônico nº 178, páginas 06/12, que determinou, com fundamento no art. 102, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021; art. 4º, VII, da Resolução TSE nº 23.657/2021; e art. 57 e seguintes do Provimento/CRE/PI 03/2023, a realização de Correição de Eleitorado nos municípios de **Bocaina, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava e São Luís do Piauí**, pertencentes à **28ª Zona Eleitoral do Piauí**, com foco na análise dos atendimentos realizados no período de março de 2023 a maio de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer os procedimentos necessários à execução das atividades de Correição de Eleitorado naqueles municípios; e

CONSIDERANDO que as correições poderão ser realizadas a qualquer tempo, instaurando-se mediante ato da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, publicado com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência em relação ao início dos trabalhos, conforme o art. 57 do Provimento CRE/PI nº 03/2023;

RESOLVE:

Art. 1º A Correição de Eleitorado nos municípios de **Bocaina, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava e São Luís do Piauí**, pertencentes à **28ª Zona Eleitoral do Piauí**, com sede em Picos-PI, deverá ser realizada na modalidade semipresencial, no **período de 10 a 14 de novembro de 2025** na sede do Cartório da 28ª ZE e, caso necessário, em todos os municípios pertencentes à referida Zona Eleitoral.

Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado em caso de necessidade.

Art. 2º A Correição de Eleitorado será presidida pelo Corregedor Regional Eleitoral do Piauí, que poderá ser substituído pela Juíza Auxiliar da Corregedoria, e os trabalhos serão executados pelos servidores Hugo Leonardo Ferreira Leite, Marcelo Régis de Vasconcelos e Márcio Portela Veloso Boavista, lotados na Corregedoria Regional Eleitoral - CRE.

Art. 3º O procedimento de Correição de Eleitorado tramitará no PJeCor, com a autuação de processo específico para tal fim (Provimento/CRE/PI nº 03/2023, art. 1º, parágrafo único).

Art. 4º Os fatos apurados e eventuais providências determinadas pelo Corregedor, na presidência dos trabalhos, constarão de relatório preliminar, que será comunicado à autoridade responsável pelo órgão submetido ao procedimento, para que se manifestar no prazo de 10 (dez) dias (Provimento CRE/PI nº 03/2023, art. 57, § 2º).

Art. 5º Transcorrido o prazo estabelecido no art. 4º deste Provimento, com ou sem manifestação, a autoridade judiciária eleitoral que presidir o procedimento assentará o relatório definitivo, submetendo-o, caso necessário, ao Plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (Provimento CRE/PI nº 03/2023, art. 57, § 3º).

Art. 6º O relatório definitivo da correição descreverá a atividade correcional desenvolvida, eventuais medidas adotadas e, se for o caso, as propostas destinadas a suprir as necessidades ou deficiências constatadas (Provimento CRE/PI nº 03/2023, art. 57, § 3º).

Art. 7º O Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (SInCo) será utilizado como ferramenta de execução e base de registro dos trabalhos relativos à Correição de Eleitorado (Provimento CRE/PI nº 03/2023, art. 60).

Parágrafo único. Todos os procedimentos de natureza correcional serão realizados mediante a utilização de roteiros no SInCo, em cujo banco de dados permanecerão arquivados para fins de documentação e consulta (Provimento CRE/PI nº 03/2023, art. 60, parágrafo único).

Art. 8º O Juiz Eleitoral da 28ª ZE e os(as) servidores(as) lotados(as) nesta circunscrição deverão fornecer dados e suporte necessários à execução dos trabalhos, ficando também previamente autorizado o fornecimento de dados essenciais pelas Unidades deste Tribunal à equipe de Correição.

Art. 9º No início das atividades de correição, a autoridade judiciária que a presidir mandará:

I - autuar o processo no PJeCor na classe Correição Extraordinária (CorExt);

II - instaurar o procedimento, observado o disposto no art. 6º do Prov. CRE/PI nº 03/2023;

III - publicar o ato de instauração do procedimento na imprensa oficial e no sítio eletrônico do Tribunal;

IV - oficiar à unidade judiciária a ser submetida ao procedimento para que, observado o prazo

mínimo de 5 (cinco) dias antes do início dos trabalhos, dê publicidade ao ato de instauração, mediante afixação em local visível do cartório eleitoral;

V - oficiar ao Ministério Público Eleitoral, à Ordem dos Advogados do Brasil, aos Partidos Políticos e a outros órgãos considerados necessários, com antecedência de 5 (cinco) dias, informando as datas de instalação e encerramento do procedimento para que, querendo, possam apresentar reclamações, sugestões ou manifestações a respeito.

Parágrafo único. Todos os atos praticados e todas as comunicações expedidas serão registrados nos autos do procedimento no PJeCor, com observância às normas exaradas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral que dispuserem sobre o sistema.

Art. 10. Serão analisados, em especial, os atendimentos realizados na referida Zona Eleitoral no período de março/2023 a maio/2024.

Art. 11. O procedimento observará o prazo constante na decisão proferida no PJe/ RvE nº 0600059-55.2025.6.18.0000 para sua realização (15/10/2025 a 30/11/2025), observadas as demais regras estabelecidas neste provimento.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor Regional Eleitoral.

Art. 13. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS**
Corregedor Regional Eleitoral do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Corregedor Regional Eleitoral**, em 10/10/2025, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002531253** e o código CRC **E45853FB**.



--